



# Defense file: Boas Práticas

## Defense File em Preços de Transferência é debatido em mesa-redonda

Encontro discutiu o papel do Defense File como instrumento de conformidade e estratégia fiscal

O KLA promoveu em outubro mais um encontro da série sobre Preços de Transferência, para debater as melhores práticas na elaboração de documentos e estratégias relacionadas à conformidade tributária.

Entre os assuntos tratados, foi destacado o Defense File, instrumento estratégico de caráter argumentativo que permite antecipar questionamentos da administração tributária, demonstrar a aderência das políticas de preços de transferência ao princípio arm's length e reduzir riscos de penalidades durante fiscalizações. Outro destaque foi a importância da documentação de preços de transferência, abordando critérios, modalidades e objetivos conforme as diretrizes da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), incluindo a garantia de conformidade legal, o fornecimento de informações ao Fisco e a disponibilização de subsídios para auditorias fiscais.

O evento evidenciou que a gestão adequada de preços de transferência, aliada ao uso de instrumentos como o Defense File, é essencial para fortalecer a consistência e integridade da posição fiscal das empresas.

### Ebooks anteriores

Neste ano, o KLA já realizou outros eventos sobre preços de transferência, nesta que é a terceira série anual sobre o tema. Confira abaixo a agenda completa:

**16/4** Transfer Pricing na América Latina – [e-book](#)

**10/6** Benchmarking e segmentação de dados de importações/exportações – [e-book](#)

**5/8** Pilar 2: Controles de IR diferido e atributos pré-GloBE – [e-book](#)

**12/8** Benchmarking de Operações Financeiras – [e-book](#)

**16/9** Pilar 2 – Adicional da CSLL: Preparação e validação de dados para a GIR – [e-book](#)

**14/10** Boas práticas de defense file para preços de transferência

**11/11** Implementação prática de APA/MAP e ajustes compensatórios/correspondentes

Se deseja garantir sua vaga no evento de novembro, [clique aqui](#) para enviar um e-mail com seu nome, e-mail corporativo e empresa onde trabalha.

## Três níveis de documentação para preços de transferência



### Visão geral do grupo multinacional

- Informações gerais sobre a estrutura e as atividades do grupo multinacional.
- Principais linhas e estratégias de negócios, ativos intangíveis, operações financeiras.
- Política e acordos de preços de transferência.



### Visão específica de cada entidade integrante do grupo multinacional

- Estrutura organizacional e características das atividades desempenhadas pelo contribuinte.
- Informações sobre as principais transações controladas.
- Métodos de preços de transferência e análises funcional e de comparabilidade.



### Demonstração da alocação de lucros, tributos e atividades do grupo multinacional

- Apresentação de dados financeiros, ativos e empregados de todas as entidades do grupo.
- Discriminação de receitas/lucros por entidades, receitas por atividades/entidades etc.
- Obrigatória para controladora final de grupo multinacional com receita > €750.000.000,00.

## Processo de Compliance



## Critérios para apresentação dos Arquivos Global e Local

| Valor total das transações controladas no ano anterior | Arquivo Global | Arquivo Local completo | Arquivo Local simplificado | Dados TP na ECF | Cálculos e ajustes de TP |
|--------------------------------------------------------|----------------|------------------------|----------------------------|-----------------|--------------------------|
| < R\$ 15.000.000,00                                    |                |                        |                            | ✓               | ✓                        |
| ≥ R\$ 15.000.000,00 e < R\$ 500.000.000,00             | ✓              |                        | ✓                          | ✓               | ✓                        |
| ≥ R\$ 500.000.000,00                                   | ✓              | ✓                      |                            | ✓               | ✓                        |

- Arquivos obrigatórios para cada contribuinte (não há previsão para submissão de arquivo local “consolidado” por subgrupos de empresas domésticas).
- Arquivo Global: pode ser apresentado em inglês ou espanhol, sem tradução.
- Arquivo Local: não há exigência de preparação em língua portuguesa.
- Documentos de suporte > Contratos intragrupo e acordos de preços de transferência: podem ser apresentados em inglês ou espanhol, sem tradução.
- Prazo: 2024 > 31/12/25; 2025 em diante > 3 meses após entrega da ECF

### Objetivos da documentação

Três principais finalidades da documentação

### Segundo as Diretrizes da OCDE, os requisitos da documentação devem ser formulados para atender a três objetivos:

- Garantir que os contribuintes atenderam à legislação de preços de transferência ao estabelecerem preços e outras condições para transações intragrupo e ao reportarem os rendimentos nas suas declarações fiscais;
- Fornecer ao Fisco as informações necessárias para avaliar as práticas de preços de transferência; e
- Fornecer ao Fisco informações úteis para a condução de uma auditoria exaustiva das práticas de preços de transferência da entidade, embora possa ser necessário complementar a documentação com informações adicionais à medida que a auditoria avançar.



## 1. Avaliação do contribuinte quanto ao cumprimento das regras de preços de transferência

- Exigência para a preparação de documentação robusta: convincente, consistente e coerente.
- Criação de uma cultura de conformidade.
- Documentação bem preparada garante ao Fisco que o contribuinte analisou as questões pertinentes, considerou os dados comparáveis disponíveis e chegou a definições de preços de transferência consistentes.
- Requisitos de documentação contemporânea evitam que os contribuintes desenvolvam justificativas para suas posições após os fatos.

## 2. Seleção de contribuintes para auditorias fiscais

- OECD FTA desenvolveu variadas ferramentas para auxiliar administrações tributárias a conduzir avaliações de risco (na seleção de contribuintes para auditoria)

### Fontes de informação para a administração tributária incluem:

- dados inseridos em formulários padronizados de preços de transferência (submetidos em conjunto com a declaração anual);
- questionários obrigatórios focados em áreas específicas;
- requisitos de documentação com exigências de identificação de pontos específicos;
- discussões cooperativas entre a administração tributária e os contribuintes.

## 3. Condução de auditoria fiscal de preços de transferência

- Auditorias fiscais de preços de transferência demandam a **análise de uma multiplicidade de fatos**, incluindo avaliações difíceis de comparabilidade de muitas transações e mercados.
- A disponibilidade de informações adequadas de uma variedade de fontes durante a auditoria é crucial para facilitar o **exame coordenado de transações controladas do contribuinte** pela administração tributária.
- **Documentação robusta** é sinônimo de que o contribuinte realizou **análises aprofundadas de preços de transferência e garante** que ele detém todas as evidências documentais relevantes para demonstração em caso de auditoria fiscal.
- Quando as informações sobre a análise funcional, análise de comparabilidade e documentos sobre as transações do contribuinte estão devidamente retratadas no arquivos local e global, **pode-se evitar a solicitação de documentação adicional** e também processos adicionais de produção de prova.
- Entretanto, há muitas situações em que os documentos e outras informações necessárias estão em poder de entidades estrangeiras do grupo multinacional, demandando acesso pela administração tributária local (**mediante trocas de informações e outros mecanismos**)

### TPG OCDE

#### ➤ **Requisito da materialidade**

Deve guiar a estipulação de patamares para a obrigação de reporte de transações nos arquivos local e global.

Para o CbCR, todas as entidades devem ser reportadas, independentemente da materialidade das transações realizadas.

#### ➤ **Atualizações**

- Arquivos local e global e o Relatório País-a-país devem ser atualizados anualmente.
- Pesquisa de comparáveis externos devem ser refeitas a cada 3 anos. Todavia, os dados financeiros das empresas comparáveis selecionadas devem ser atualizados anualmente. (TPG 5.38)

#### ➤ **Confidencialidade**

Dados confidenciais (segredos de indústria etc.) contidos na documentação devem ser mantidos em sigilo pela Administração tributária.

#### ➤ **Certificação externa**

Não é necessária a certificação da documentação por auditor ou terceiros.

### Estrutura do arquivo global OCDE e IN RFB

### TPG OCDE

#### **Master file**

Deve conter análise geral da empresa, sem apresentar detalhamentos exaustivos.

### TPG OCDE – Blocos do Arquivo Global



Estrutura  
organizacional do  
grupo  
multinacional

+



Descrição do(s)  
negócio(s)  
empresarial(is) do  
grupo  
multinacional

+



Intangíveis do  
grupo  
multinacional

+



Atividades de  
financiamento  
intragrupo

+



As posições  
financeiras e  
tributárias do  
grupo  
multinacional

### 1 – Estrutura Organizacional do Grupo

- Organograma do grupo multinacional
- Localização geográfica das entidades
- **Lista de entidades integrantes do grupo multinacional contendo: nome empresarial, jurisdição, NIF, objeto social, percentagens de participação detidas**
- **Alterações ocorridas no organograma durante o ano-calendário.**



Annex I, Chp V,  
1<sup>st</sup> section

### 2 – Descrição Geral das Atividades

- Principais atividades impulsionadoras de lucro
- Análise funcional das principais contribuições
- Cadeia de fornecimento dos principais produtos e serviços
- Principais mercados geográficos de atuação
- Principais contratos de serviço intragrupo
- Operações de reestruturação de negócios ocorridas no ano-calendário



Annex I, Chp V,  
2<sup>nd</sup> section

### 3 – Intangíveis do Grupo

- Principais estratégias do grupo e localização das funções DAMPE
- Identificação dos intangíveis e seus detentores legais
- Principais contratos intragrupo relacionados com os intangíveis
- Políticas de PT do grupo relativas e P&D e intangíveis
- Principais transferências de intangíveis intragrupo no ano



Annex I, Chp V,  
3<sup>rd</sup> section

### 4 – Operações Financeiras

- Política de financiamento do grupo, incluindo principais financiamentos extragrupo
- Políticas de PT praticadas nos financiamentos intragrupo
- Entidades centralizadoras de financiamentos no grupo



Annex I, Chp V,  
4<sup>th</sup> section

### 5 – Posições Financeiras e Fiscais

- Demonstrações contábeis consolidadas do grupo
- APAs, *rulings*, acordos, orientações sobre alocação de receitas e despesas entre países



Annex I, Chp V,  
5<sup>th</sup> section

- Sugestões KLA



## Arquivo Local

Parâmetros para a sua elaboração

### TPG OCDE

#### Local file

Deve conter análises detalhadas em relação às transações intragrupo.  
Enfoca transações que tenham representatividade (enfoque de materialidade).

Três blocos de informações:

- ❑ Entidade local
- ❑ Transações controladas
- ❑ Informações financeiras

IN RFB 2.161/2023 (art. 60) exige ainda:

- ❑ Informações adicionais das transações controladas

### Estrutura

#### 1 – Entidade Local

- Estrutura organizacional local
- Organograma funcional (pessoas, cargos, áreas de gestão, entidades envolvidas)
- Áreas de negócio
- Circunstâncias econômicas do mercado
- Estratégias de negócios implementadas
- Mercados geográficos de atuação
- Análise de desempenho econômico financeiro
- Principais concorrentes
- Reestruturações de negócios
- Transferência de intangíveis



Annex II, Chp V,  
1<sup>st</sup> section

#### 2 – Partes Relacionadas

- Identificação das entidades relacionadas (nome, país, NIF)
- Detalhamento do vínculo
- Evolução da relação societária (caso tenha havido mudanças)
- Identificação de contrapartes domiciliadas em países com tributação favorecida ou sujeitas a regime fiscal privilegiado
- Análise da cadeia de valor



Annex II, Chp V,  
2<sup>nd</sup> section, item 3

### 3 – Transações Controladas

- Descrição de **todas** as transações controladas
- Descrição dos bens, serviços e direitos
- **Razões para a combinação de transações**
- **Termos e condições, incluindo análise funcional do contribuinte e contrapartes, preços e fórmulas de precificação, condições de entrega de produtos ou prestação de serviços, atividades pós-venda**
- **Circunstâncias econômicas das partes e do mercado em que atuam**
- Estratégias de negócio

80% importações de bens  
80% exportações de bens  
80% importações de serviços  
80% exportações de serviços  
100% transações com direitos

Annex II, Chp V,  
2<sup>nd</sup> section, 1<sup>st</sup> part

### 4 – Metodologias de PT

- Demonstração do(s) método(s) adotado(s)
- Análise de funções, ativos e riscos
- Determinação da parte testada
- Indicador(es) financeiro(s)
- Análise de múltiplos anos (se cabível)
- Base de dados utilizada (**telas de consulta**)
- Comparáveis internos e externos
- Ajuste(s) de comparabilidade realizado(s)
- Valor ou intervalo de valores obtidos
- Ajustes espontâneos e compensatórios
- APAs, *rulings* etc.

Annex II, Chp V,  
2<sup>nd</sup> section, 2<sup>nd</sup> part

### 5 – Informações Contábeis

- Demonstrações financeiras para o ano-calendário
- Demonstrações financeiras segmentadas (quando cabível)
- Reconciliação entre os dados de preços de transferência e os valores específicos das demonstrações financeiras (caso necessário)
- OCDE: Tabelas resumidas de dados financeiros relevantes dos comparáveis (realocado para o bloco 4)

Annex II, Chp V,  
3<sup>rd</sup> section

### 6 – Informações Adicionais

- **Intangíveis:** identificação, titularidade, análise DAMPE, partes financiadoras etc.;
- **Transações com intangíveis de difícil valoração:** incertezas na precificação, projeções, probabilidades etc.
- **Commodities:** critérios de precificação, fontes de informações de preços, datas etc.
- **Serviços intragrupo:** custeio, precificação, teste do benefício, atividades de sócio etc.
- **Contratos de compartilhamento de custos:** participantes, contribuições, riscos etc.

Sem correspondência

- Expansão de requisitos do modelo OCDE
- Sem correspondente no modelo OCDE
- Item previsto na OCDE realocado para outro bloco
- Sugestões KLA

## Estrutura do Arquivo Local Simplificado

1. Identificação das partes relacionadas;
2. Descrição do tipo, características e valor das transações controladas;
3. Identificação dos métodos de preços de transferência utilizados em cada transação controlada;
4. Comparáveis obtidos e os valores ou intervalos de valores resultantes da aplicação dos métodos de preços de transferência utilizados em cada transação controlada;
5. Justificativa para a seleção do método de preços de transferência e dos comparáveis utilizados;
6. Explicação dos ajustes de preços de transferência espontâneos e compensatórios realizados no ano-calendário.

E a análise funcional?

Os comparáveis descartados?

E para empresas que estão dispensadas da entrega dos arquivos local e global?

### Conceito e finalidade

- Defense File é um instrumento técnico de **caráter estratégico**, voltado à consolidação de argumentos econômicos, jurídicos e operacionais que sustentam a conformidade das práticas de preços de transferência adotadas pelo contribuinte.
- Diferentemente da documentação obrigatória, o Defense File tem **natureza essencialmente argumentativa**. Seu propósito é antecipar questionamentos da administração tributária e demonstrar a razoabilidade e a aderência ao princípio arm's length das políticas aplicadas, especialmente em operações que demandam maior grau de julgamento técnico.
- Ao articular fundamentos econômicos e elementos de substância — tais como funções desempenhadas, riscos efetivamente assumidos e racionalidade negocial — o Defense File permite ao contribuinte apresentar de forma estruturada a lógica subjacente à sua política de preços de transferência, **reforçando a integridade e a consistência de sua posição fiscal**.
- Pode ser importante para evitar **penalidades**, especialmente aquelas previstas durante a fiscalização e ou outra medida prévia fiscalizatória.

### Estrutura e conteúdo técnico

- O Defense File deve ser concebido como uma extensão natural da documentação formal, incorporando elementos analíticos e probatórios que ampliam a capacidade de defesa do contribuinte. Entre seus componentes, destacam-se:
  - **Justificativa técnica da metodologia adotada**, demonstrando os critérios utilizados para seleção do método, a adequação em relação às características das transações e os motivos para rejeição de outros métodos;
  - **Análises robustas**, evidenciando o comportamento dos resultados sob diferentes premissas e condições econômicas;

- **Pareceres e memorandos de suporte**, internos ou externos, que documentem a linha de raciocínio técnico e a coerência da abordagem empregada;
- **Evidências contemporâneas**, tais como contratos, comunicações internas, atas e registros operacionais, que comprovem substância e autonomia de decisão;
- **Demonstração dos impactos econômicos de reestruturações, intangíveis e ajustes compensatórios**, com exposição detalhada do nexo causal entre as alterações estruturais e os resultados das transações testadas;
- **Análise de coerência interanual**, assegurando que o racional econômico e os parâmetros utilizados sejam consistentes com períodos anteriores e com o comportamento do grupo multinacional.

- O Defense File deve ser concebido como uma extensão natural da documentação formal, incorporando elementos analíticos e probatórios que ampliam a capacidade de defesa do contribuinte. Entre seus componentes, destacam-se:

|                                                                                                    |                                                                                      |                                                                        |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| <b>Redução de vulnerabilidades técnicas</b>                                                        | <b>Maior eficiência na defesa em auditorias</b>                                      | <b>Consistência narrativa entre documentação e execução</b>            |
| Antecipação e neutralização de potenciais questionamentos fiscais                                  | Consolidação de argumentos técnicos e evidências em um único repositório estruturado | Evitar contradições que possam fragilizar a posição da empresa         |
| <b>Melhoria da governança tributária</b>                                                           | <b>Mitigação de contingências e penalidades</b>                                      | <b>Agilidade na interlocução com a administração tributária</b>        |
| Integrar as áreas contábil, jurídica, financeira e de TP em torno de uma visão analítica unificada | Demonstrar diligência técnica e substância econômica nas decisões empresariais       | Respostas tempestivas, precisas e documentadas a eventuais intimações. |



Em essência, o Defense File é voltado à **prevenção de controvérsias e à sustentação da política fiscal adotada**.

## Defense File

- A elaboração de um Defense File se mostra particularmente relevante em situações que envolvem complexidade analítica ou incerteza interpretativa, tais como:



### Intangíveis

Transações com intangíveis sujeitos a avaliação de difícil valoração ou forte influência de premissas subjetivas.



### Reestruturações empresariais

que alterem significativamente a alocação de funções, ativos e riscos dentro do grupo.



### Serviços intragrupo

quando o benefício econômico não é imediatamente mensurável ou quando envolvem atividades de natureza mista (core & non-core).



### Comparáveis

Operações sem comparáveis diretos ou com necessidade de ajustes de comparabilidade relevantes;



### Ajustes compensatórios

que demandam justificativa técnica quanto ao momento, à base de cálculo e à vinculação econômica entre o ajuste e a transação original



### Alterações

metodológicas ou de parte testada, que exigem documentação robusta da lógica e das premissas adotadas



### Divergências

entre a legislação doméstica e as práticas internacionais, exigindo contextualização técnica para harmonização de entendimentos

Nesses cenários, as informações do Defense File funcionam como um recurso probatório relevante, de considerável valor técnico, capaz de sustentar a racionalidade das decisões e evidenciar o cumprimento das regras de preços de transferência.

### Contexto de aplicação

- A utilidade do Defense File não se restringe a situações de difícil mensuração ou de ausência de comparáveis diretos.
- Em nossa experiência, a elaboração desse documento também se revela recomendável em diversos contextos operacionais e interpretativos, nos quais a documentação formal pode não capturar integralmente o racional técnico subjacente às decisões adotadas.

01

Arquivo local simplificado ou dispensa da entrega de arquivo local – registro da análise funcional e de comparabilidade,

04

Dúvidas com relação às informações que deverão constar no arquivo local – registro do racional utilizado para definir o nível de detalhamento, sobretudo em cadeias produtivas complexas (e.g. agronegócio).

02

Escolha entre métodos alternativos – justificativa técnica da opção adotada e dos motivos para rejeição das demais alternativas

05

Operações financeiras intragrupo – teste capital vs. dívida, subcapitalização e limitação objetiva da credora, ainda que não exigida formalmente.

03

Estudos de benchmark – documentação do processo analítico, critérios de filtragem e exclusões de comparáveis.

06

Análise estratégica das informações que serão incluídas nos arquivos local e global (e.g., análise DEMPE, operações financeiras)

Em todos esses casos, o Defense File atua como instrumento de registro técnico da racionalidade econômica, assegurando que decisões legítimas e fundamentadas sejam devidamente documentadas, mesmo quando não expressamente exigidas pela norma.



### Diretrizes de elaboração e boas práticas

A eficácia do Defense File está diretamente associada à qualidade técnica de sua construção e à consistência de sua integração com a política fiscal da empresa. As principais diretrizes incluem:

1. Elaboração preventiva e contemporânea, permitindo que os argumentos sejam formados à luz dos fatos e das condições econômicas vigentes;
2. Atualização periódica, com incorporação de novos elementos de mercado, alterações normativas e precedentes administrativos relevantes;
3. Integração documental com os arquivos local e global e demais relatórios de suporte, de modo a assegurar alinhamento metodológico e coerência argumentativa;
4. Formalização do racional decisório, documentando de forma explícita as análises, premissas e hipóteses adotadas em cada etapa;
5. Engajamento interdisciplinar, envolvendo equipes fiscais, jurídicas, financeiras e operacionais para a consolidação de uma visão abrangente e tecnicamente consistente.



Um Defense File bem estruturado representa, em última análise, a **materialização da diligência técnica e da boa-fé do contribuinte**, servindo não apenas como instrumento de defesa, mas também como evidência de maturidade institucional e aderência às melhores práticas internacionais de governança tributária.

### Defense File na América Latina

Os documentos que dão suporte as operações entre partes relacionadas devem refletir a realidade do negócio que está sendo realizado

Evitar serviços sem substância econômica.

As operações entre partes relacionadas devem ser formalizadas por meio de um contrato principal, que estabeleça em anexo os detalhes que regularão as relações entre as partes, como preços, serviços, prazos, etc

Contratos entre partes relacionadas de empréstimo

Contratos entre partes relacionadas de prestação de serviços

Contratos entre partes relacionadas de Serviços Administrativos

## Prestação de Serviços

### ▪ Documentação Técnica

- Ex: Proposta de Serviço; Relatórios; Experiência do prestador, CV dos membros da equipe, etc.

### ▪ Documentação trabalhista

- Ex: Contratos dos prestadores, livros de ponto, etc.

### ▪ Documentação financeira

- Ex.: Faturas; reembolso de despesas; comprovantes de pagamento; etc

## Serviços Administrativos - Chile

### ▪ Recursos financeiros.

### ▪ Recursos humanos.

No geral, serviços de Back Office prestados pela Matriz à Filial

O contrato para serviços Administrativos deve incluir:

- Motivo pelo qual a matriz presta os serviços
- Forma como os serviços serão prestados
- Experiência da Matriz
- Relatórios mensais
- Equipe designada (CV do pessoal da matriz que presta os serviços)
- Reembolso das despesas incorridas (os reembolsos não podem ser faturados com margem), etc.

Em resumo, deve reforçar que os serviços administrativos prestados pela matriz contribuíram para os resultados e desenvolvimento da filial



## Empréstimo - Chile

- Contratos de Mútuo
- Reconhecimento de Dívida
- Notas Promissórias

Alguns documentos que servem para comprovar o empréstimo da matriz à filial, além do pagamento do ITE e da assinatura do documento que formaliza o empréstimo:

- Comprovar que o empréstimo foi negado por instituições financeiras no Chile e, por essa razão, o financiamento foi realizado pela matriz.
- Estabelecer, no respectivo documento do empréstimo, a taxa de juros aplicável (juros de mercado).
- Definir os prazos para restituição do capital, acrescido dos juros.
- Prever as penalidades aplicáveis em caso de inadimplência.

Operações de Crédito em dinheiro pagam imposto específico (ITE)

Taxas: variam de 0,066% a 0,8%

Obrigação de pagamento: recai sobre o devedor quando o credor **não é residente nem domiciliado no Chile**

## Prestação de Serviços entre Partes Relacionadas

O Capítulo VII das Diretrizes da OCDE reúne as recomendações relativas à prestação de serviços entre partes relacionadas. Essas recomendações podem ser agrupadas nos seguintes pontos:

- Comprovação da efetiva prestação do serviço
- Determinação da remuneração do serviço
- Método mais apropriado para determinar a remuneração do serviço
- Necessidade de aplicação de uma margem sobre os custos

As empresas que fazem parte de um Grupo Multinacional consideram serviços de baixo valor agregado aqueles que atendem às seguintes características:

- têm caráter auxiliar ou de apoio;
- não constituem atividades principais do contribuinte ou do grupo multinacional;
- não requerem o uso de intangíveis únicos e valiosos, nem conduzem à criação de intangíveis únicos e valiosos;
- não implicam assumir ou controlar um risco alto ou significativo, nem geram um nível de risco relevante para o prestador do serviço.

O critério não vinculativo 44/ISR faz referência a que, além de contar com a documentação exigida por lei, é fundamental dispor do suporte adequado para cada transação.

Em auditorias fiscais recentes, esses foram os elementos chaves identificados para sustentar a validade da operação:

- Evidência documental que demonstre que o serviço foi solicitado, executado e entregue.
- Comprovação de que a despesa é indispensável; caso contrário, não será dedutível.
- Demonstração que os serviços foram pactuados a valor de mercado, que não existe duplicidade da despesa e que não se tratam de gastos corporativos sem benefício local ("*stewardship expense*").

### **Documentação de suporte**

O contribuinte deve documentar e manter dossiês claros e suficientes para cada serviço recebido, incluindo, entre outros: contratos, entregáveis, relatórios de progresso, etc.

### **Consistência funcional e econômica**

É importante manter consistência entre as informações descritas na documentação de suporte. A falta de atualização dos contratos inter-company ou casos em que o serviço inclui atividades diferentes das mencionadas pode gerar confusão para a autoridade e dificultar esclarecimentos.

### **Determinação de políticas de preços de transferência permite:**

a) Definir com clareza as variáveis a considerar no cálculo da contraprestação pelos serviços;b) Considerar as circunstâncias econômicas;c) Delimitar o processo operacional que viabilize a operação intercompany, incluindo o fluxo de atividades, responsabilidades e documentação gerada pelas áreas envolvidas.

## Perspectiva Mexicana

### Preparação do Defense File

Considerando que, geralmente, os atos de fiscalização ocorrem três ou quatro anos após a data da transação, frequentemente é um desafio para os contribuintes encontrar evidências documentais para justificar a operação. Por isso, recomenda-se integrar documentação adicional como dossiê de defesa, caso seja iniciado um processo de fiscalização pela Administração Tributária.

O defense file deve incluir evidências sobre:

- a) A prestação do serviço, incluindo despesas de viagem;
- b) Currículos dos profissionais envolvidos;
- c) Entregáveis da prestação do serviço.

## Perspectiva Peruana - Teste de Benefícios

**Documentação e informação de suporte permitem:**

- a) Identificar se o serviço prestado se qualifica como de alto ou baixo valor agregado
- b) Verificar que a margem de lucro dos serviços de baixo valor agregado não exceda 5%
- c) Evidenciar a prestação efetiva, a natureza e a necessidade dos serviços, os custos e despesas incorridos pelo prestador e a margem de lucro

### Resolução do Tribunal Fiscal nº 2374-4-2025

Uma companhia aérea tentou deduzir despesas associadas a serviços prestados por entidades relacionadas no exterior, incluindo áreas como logística, administração, call center, carga e manutenção

A Superintendência Nacional de Aduanas e de Administração Tributária (SUNAT) questionou essas despesas devido à falta de documentação que comprovasse o cumprimento do Teste do Benefício

Foi solicitada informação sobre o pessoal envolvido e o custo dos serviços assumidos pela empresa estrangeira, incluindo folhas ou comprovantes de pagamento do pessoal envolvido; contudo, a companhia não conseguiu fornecer a documentação solicitada pela SUNAT, o que impediu comprovar os gastos incorridos pelos prestadores

## Perspectiva Peruana - Teste de Benefícios

Para os serviços intragrupo, é necessário contar com um defense file detalhado e alinhado com a prestação de serviços, no qual seja possível evidenciar:

- a) O que foi fornecido, quem realizou e com quais recursos
- b) Como os custos foram alocados e a fundamentação dessa alocação
- c) Como se determina o valor de mercado

## Documentação Comprobatória - Chile

Descrição das fontes de financiamento obtidas pelo grupo de empresas multinacional, incluindo a descrição dos acordos significativos de financiamento celebrados com partes independentes

Identificação das entidades do Grupo que desempenham função de financiamento centralizado para o grupo

Descrição das Políticas de Preços de Transferência para as operações de financiamento do Grupo

Apresentar a tabela de amortização contendo as seguintes informações:

- Entidades integrantes do GEM envolvidas na operação (credor/devedor)
- Data da operação
- Data de vencimento da operação
- Valor do capital inicial e moeda
- Taxa de juros pactuada
- Juros acumulados e capital pago
- Classificação de crédito do devedor

## Demonstração financeira IFRS

- Informar os Demonstrativos Financeiros (auditados) correspondentes ao exercício fiscal declarado
- Informar se o contribuinte reporta seus resultados financeiros a uma parte relacionada no exterior
- Informar o país de residência da parte relacionada à qual são reportados os demonstrativos financeiros da entidade local

## Informações econômica dos Comparáveis considerados

- Deve ser apresentado um arquivo com as informações financeiras relevantes (demonstrações financeiras, indicadores de rentabilidade, indicadores financeiros, entre outros) dos comparáveis utilizados na análise de preços de transferência das operações vinculadas, bem como a fonte de informação da qual foram extraídas

## Considerações importantes

- O conteúdo desta apresentação não constitui opinião legal, mas apenas um resumo meramente informativo dos principais temas da legislação de preços de transferência para fins de discussão das principais alterações trazidas com as novas regras no Brasil.
- Este conteúdo não constitui opinião jurídica ou tributária, portanto não deverá ser utilizado como base para aconselhamento legal ou de preços de transferência sob qualquer título, pretexto ou natureza.
- A presente apresentação tomou como base a legislação publicada até o momento, dessa forma, qualquer futura alteração na legislação ou regulamento trazidos pelas casas legislativas e autoridades fiscais poderá alterar o conteúdo e a extensão dos temas aqui apresentados.



## Nosso time

KL  
A



Victor Polizelli



Luís Flávio Neto



Javier Bonilla



Henrique Lopes



Juliana Nunes



Marcelo Laplane



Alessandra Sabbag



Paulo Machado